ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO DE 2025 ----------

Aos vinte e seis do mês de março de dois mil e vinte e cinco, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. ----------

PRESENÇAS: ----------

A deputada municipal Anabela Martins Teixeira Peneda, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Ana Patrícia Teixeira da Silva. ----------

À exceção do senhor Vereador Paulo Jorge Mota da Silva que solicitou a sua substituição pela senhora Vereadora Rita Gonçalves, encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. ----------

ABERTURA DA REUNIÃO ----------

Pelas dezoitos horas e dez minutos o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira,** declarou aberta a presente reunião, transmitida em direto, dando início à ordem de trabalhos. ----------

1-Ordem do dia ----------

1.1- Aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento de 2025 ----------

O senhor Presidente da Assembleia Municipal, **Humberto da Costa Cerqueira**, usou da palavra para dar nota de que esta Assembleia foi solicitada por requerimento pelo Executivo Municipal. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para em primeiro lugar agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal pelo facto de ter aceite a realização desta sessão extraordinária porque de facto existem um conjunto de propostas que irão ser aqui discutidas e votadas que necessitam da nossa parte um timing de resposta e daí esta necessidade. Referiu que iria fazer uma breve explicação das três propostas, manifestando a sua disponibilidade para esclarecer as questões suscitadas. Relativamente à primeira proposta que tem a ver com a aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento de 2025, referiu que havia aqui um fator principal para a necessidade dessa revisão que tem a ver com o novo Aviso por parte da CCDR para as áreas de cogestão.

Estando nós integrados na cogestão do Parque Natural do Alvão, tivemos a oportunidade de realizar uma candidatura mas era necessário que, no âmbito do plano municipal, essa candidatura estivesse inscrita, assim como a verba destinada à candidatura. Felizmente o prazo foi prorrogado recentemente mas à data o prazo da entrega da candidatura era até final do mês de março, daí a necessidade urgente de inserir esta candidatura no Plano e Orçamento do município. Referiu que aproveitou-se também para fazer uma alteração ao orçamento para criar uma rubrica para as freguesias. Apenas existia rubrica para os apoios no âmbito do programa Acesso para Todos mas verificou-se a necessidade de criar outros tipos de apoio para as freguesias que vão além do Acesso para Todos, daí a necessidade de criar outra rubrica. Existe também a necessidade da criação nova rúbrica de despesas no âmbito das feiras e do Mundo Rural. Estas são essencialmente as necessidades maiores para que se faça esta alteração ao orçamento. Relativamente ao segundo ponto da ordem do dia, relembrou que tinha sido reivindicado pelo Executivo à senhora Secretária de Estado da Justiça, face ao estado de degradação que o Tribunal tem neste momento, a necessidade de uma intervenção integral do edifício, e não parcial como estava inicialmente previsto. Daí esta proposta de celebração de um contrato em que o município assume o projeto para a reabilitação integral do edifício, sendo que esse projeto será comparticipado por parte do IGF. Relativamente ao último ponto da ordem do dia, este prende-se com uma necessidade formal para se proceder à candidatura de reabilitação do Largo do Bilhó. A zona onde será feito o investimento tem de ser considerada uma área urbana daí a necessidade de se proceder a esta classificação para a concretização da candidatura. ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que neste primeiro ponto queria deixar apenas duas notas. Entende que o recurso à convocatória das assembleias extraordinárias deveria ser mesmo pontual e para assuntos inadiáveis. O que temos assistido por parte do Executivo é o contrário: para compensar a falta de planeamento e a gestão em cima do joelho, e à pressa, a Assembleia reúne para decidir assuntos que, se houvesse o mínimo de organização, seriam decididos em Assembleias ordinárias. Mas há outra leitura que podemos retirar: ao contrário do que foi insinuado pelo PSD, a Assembleia Municipal não é uma força de bloqueio - não só o presidente da Assembleia não tem criado obstáculos à marcação destas reuniões extraordinárias solicitadas pelo Executivo, nem a bancada do Partido Socialista tem inviabilizado as propostas apesar de muitas lhes merecerem muitas reservas. ----------

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da 2ª Revisão ao Orçamento de 2025 que foi aprovada por maioria com vinte votos a favor e uma abstenção.** ----------

1.2- Aprovação da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, I.P., o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. e o Município de Mondim de Basto ---

Não havendo intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da celebração de contrato interadministrativo de delegação de competências entre o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça, I.P., o Instituto dos Registos e do Notariado, I.P. e o Município de Mondim de Basto que foi aprovada por maioria com vinte votos a favor e uma abstenção.** ----------

1.3- Aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da aldeia do Bilhó ----------

O deputado municipal **Fernando Avelino Oliveira Silva** usou da palavra para dizer que relativamente a este ponto e às áreas de reabilitação urbana as considera muito relevantes uma vez que permitem reabilitar o património e ao mesmo tempo são uma forma de incentivo e de atração ao investimento privado. Referiu que não consegue perceber o porquê de ser o Bilhó, não encontrando qual o critério pelo qual decidiram pela área do Bilhó para a reabilitação urbana. Aproveitou para, sobre este assunto, deixar uma nota: tal como o município propõe esta proposta, a título de exemplo deixou todas as aldeias que se inserem no Parque Natural do Alvão, que também mereceriam uma reabilitação urbana. ----------

O deputado municipal **Carlos Filipe Meireles Macedo** usou da palavra para dizer que, indo de encontro àquilo que disse anteriormente, se trata de um Aviso com nove meses e que só agora é que vem a uma reunião extraordinária. ----------

O senhor Presidente da Câmara, **Bruno Miguel de Moura Ferreira**, usou da palavra para dar dois esclarecimentos ao deputado Fernando Silva. Sobre o porquê do Bilhó, referiu que estava inscrita uma intervenção no Largo do bilhó e, no âmbito dessa candidatura, há uma exigência para que seja feita em ARU, portanto daí a necessidade de estarmos a considerar e a criar esta reabilitação urbana naquele espaço específico porque isso é condicionante para a realização e concretização da candidatura. De seguida, e para desmistificar, até porque já ouviu isto várias vezes e a mesma coisa dita várias vezes depois começa a vincular, referiu que quando o senhor deputado Carlos Macedo afirma que as candidaturas estão abertas há nove meses, esclareceu o senhor deputado de que os avisos já

tiveram uma quantidade brutal de alterações desde que foram abertos há nove e, inclusive, temos ainda candidaturas já realizadas mas que ainda estão pendentes se houver alterações naquilo que é a definição. Não podemos dizer taxativamente que os avisos estão abertos há nove meses quando na verdade ainda temos esclarecimentos pendentes que ainda não foram respondidos. Mas não é só o concelho de Mondim de Basto, infelizmente, é uma situação transversal a todos os concelhos do Norte, pelo menos. Esta tem sido também uma dificuldade até na definição do desenvolvimento dos projetos porque há constantemente alterações dos avisos o que não facilita em nada naquilo que é a programação, por um lado, e, por outro, também estamos sempre pendentes do que é que virá. As entidades percebem de que não têm reunido as condições para que os municípios possam planear, preparar e executar os projetos. Não podemos dizer ou afirmar taxativamente que todos estes avisos estão abertos há nove meses quando de facto tem havido essas alterações e por isso é que a execução não é a que todos desejaríamos. ----------

Não havendo mais intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Aprovação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da aldeia do Bilhó que foi aprovada por unanimidade.** ----------

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. ----------

Tendo terminado as intervenções, **o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade.** ----------

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às vinte horas, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 28 de abril de 2025, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. ----------

Emília Gonçalves